


PREFÁCIO


Este livro publica as monografias premiadas na segunda edição do Prêmio IPEA-CAIXA, que teve lugar em 2005. O Prêmio foi idealizado pelo Ipea como parte das comemorações de seu 40º aniversário em 2004, e é realizado em duas categorias: profissionais e estudantes. Participaram do concurso candidatos de várias áreas e instituições e de todas as regiões do país. Os temas abordaram preocupações que estão na agenda das principais políticas públicas brasileiras. Entre elas a questão do mercado de trabalho, do emprego e da informalidade, e dos sistemas de financiamento e oferta de crédito.

Na categoria profissionais, o mercado de trabalho foi o tema da excelente monografia de Jacqueline Nogueira Cambota e Emerson Marinho, que analisaram a discriminação salarial por raça e gênero no mercado de trabalho das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. Os autores utilizam metodologia semiparamétrica e paramétrica com a aplicação de simulações contrafactuais e regressão quantílica. O primeiro método forneceu o efeito da discriminação sobre as densidades das distribuições de salário, confirmando as conclusões de outros trabalhos sobre o tema: existe discriminação contra negros e mulheres no mercado de trabalho em ambas as regiões, mas a discriminação contra mulheres é visualmente maior do que a discriminação contra negros. O trabalho não identificou diferenças entre as regiões no que diz respeito à discriminação contra a mulher, entretanto constatou que a discriminação contra a raça negra é maior no Sudeste, para todos os setores de atividade. A estimação de uma equação de salário quantílica mostrou que a discriminação cresce para salários maiores, o que, segundo os autores, indica que a discriminação é maior para os cargos de chefia, para os quais são pagos os salários mais elevados. A análise da discriminação por setores de atividade indicou que, na agricultura, a discriminação salarial contra negros praticamente inexistente no Nordeste, embora seja acentuada no Sudeste. Quanto à discriminação por gênero na agricultura, contudo, o estudo evidenciou que ela se apresenta mais elevada no Nordeste do que no Sudeste. Na indústria, a discriminação contra negros e mulheres é maior no Sudeste, enquanto, no setor de serviços a discriminação contra negros e mulheres não revelou ser muito diferente entre as regiões. O trabalho mostra que as políticas de combate à desigualdade devem levar em consideração a raça e o gênero, além das características regionais. A desigualdade salarial entre raças pode ser reduzida por políticas que incentivem a educação dos indivíduos da raça negra, ao passo que para a redução da desigualdade de rendimentos entre gênero são imprescindíveis políticas que focalizem a discriminação contra mulheres no mercado de trabalho. A análise da discriminação por setores de atividade indica onde as políticas regionais de combate à discriminação devem ser mais efetivas.



O estudo de Carlos Antônio Costa Ribeiro Filho traz uma primorosa análise dos padrões de mobilidade intergeracional no mercado de trabalho brasileiro. A investigação é mais detalhada do que as anteriormente realizadas no Brasil sobre o tema. Utiliza um esquema com 16 grupos ocupacionais e examina dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads) para o período de 1973 a 1996. Os estudos de mobilidade social desenvolvidos no Brasil apontam que as posições de classe e a ocupação das pessoas são fortemente determinadas por suas origens sociais. Nesse trabalho, os principais resultados obtidos indicaram que houve uma diminuição da mobilidade ascendente e da mobilidade estrutural, e um aumento da fluidez social que corresponde a uma diminuição da desigualdade de oportunidades. A redução das desigualdades de oportunidades no mercado de trabalho brasileiro está relacionada ao maior acesso da população à educação de nível médio ou mais elevado. É a partir do acesso ao nível médio que as classes de origem passam a ter menos importância na determinação das chances de mobilidade. Segundo o autor, a redução da mobilidade estrutural observada a partir de 1982 está associada à redução do ritmo de transformação da economia, de rural para industrial e urbana. No Brasil esta transição foi muito rápida, e a mobilidade estrutural se caracterizou pelo encolhimento das classes rurais e pela expansão das classes mais altas do setor não manual. Essas mudanças começaram a diminuir, o que levou a uma diminuição das taxas absolutas de mobilidade estrutural. Em suma, a disparidade entre distribuição de classes de origem e classe de destino, que determinou grandes volumes de mobilidade total no Brasil, começa a demonstrar arrefecimento ou diminuir seu impacto.


A questão do mercado de trabalho dos serviços pessoais e domiciliares foi analisada pela monografia de Leandro Pereira Moraes. Este é um tema pouco explorado pela literatura, embora de fundamental importância. Primeiro, por tratar-se do subsetor com maior número de trabalhadores e de menor remuneração dentro do setor de serviços. Em segundo lugar, porque ele vem apresentando transformações importantes com a modernização de algumas ocupações e o surgimento de outras novas, em especial às ligadas à prestação de serviços para uma camada da população com diferenciado poder aquisitivo. O autor examina a dinâmica, a composição, a evolução e as transformações ocorridas no mercado de trabalho dos serviços pessoais e domiciliares (SPDs). Do ponto de vista ocupacional, é um mercado bastante heterogêneo e caracterizado por uma certa *dualidade*: um subsetor representado por atividades mais tradicionais, como a de empregados domésticos remunerados; e outro conjunto crescente de atividades mais *modernas*, de elevadas exigências técnicas e de qualificação e formação superior, direcionadas às pessoas e famílias de mais alta renda. Isto se dá sobretudo em virtude do contexto de aperfeiçoamento e diferencia-



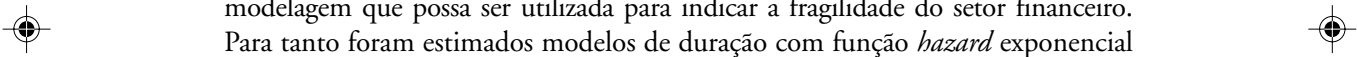
ção da vida urbana metropolitana, acompanhados de uma progressiva sofisticação dos hábitos e crescente heterogeneidade social. A pesquisa detalhada da dinâmica dos SPDs apresentada no trabalho representa um importante passo para desvendar a realidade de um país marcado por uma profunda desigualdade socioeconômica regional, setorial e intra-setorial. Esse subsetor foi também o que mais absorveu mão-de-obra e gerou ocupações nos últimos anos. Em síntese, uma tal análise dos microdados dos SPDs traz importantes subsídios para se pensar em políticas públicas de emprego e distribuição de renda.

O trabalho de Diogo Henrique Helal estuda os fatores que influenciam a empregabilidade no Brasil. Mostra que as oportunidades de emprego não são influenciadas apenas pelos elementos ligados ao capital humano (educação e experiência). De acordo com o autor, o mercado de trabalho está atribuindo importância maior aos elementos ligados ao capital cultural e social do indivíduo. O trabalho traz avanços em relação à explicação teórica neoclássica para o mercado de trabalho, fundamentada na *teoria do capital humano*, que é a abordagem econômica mais utilizada em estudos sobre o mercado de trabalho no Brasil. Esse enfoque estabelece, em síntese, que quanto maior o estoque de capital humano de um indivíduo, maior sua produtividade marginal e mais elevado, portanto, será seu valor econômico no mercado de trabalho – e, conseqüentemente, sua empregabilidade. São estudos importantes, porém limitados, pois estão restritos a um pequeno grupo de variáveis e ignoram aspectos sociais que porventura estejam associados ao acesso ao emprego e à determinação de salários, ao contrário da pesquisa publicada neste volume. Os resultados encontrados pelo autor evidenciam, por exemplo, o aumento do efeito de variáveis de *background* familiar na empregabilidade formal e ocupabilidade gerencial dos indivíduos, e a perda de importância da educação formal. Tais informações são de extrema importância para a discussão das políticas públicas direcionadas ao estímulo da empregabilidade e da política educacional, que deve privilegiar mais o desenvolvimento de competências e não apenas habilidades técnicas. Faz-se necessário o investimento no desenvolvimento de outras que envolvam, por exemplo, a capacidade de transmitir e compartilhar o conhecimento (capital social), de reorganizá-lo e de adaptá-lo às novas demandas do mercado de trabalho.

Nelson Leitão Paes e Marcelo Lettieri Siqueira investigam o impacto da adoção de modificação na estrutura tributária e na política de crédito sobre a redução da informalidade no Brasil. Os autores medem os efeitos de reduções de alíquotas tributárias e diminuição do custo do crédito sobre a informalidade e sobre a arrecadação, por meio de um modelo de equilíbrio geral computável. As simulações mostram que podem ser obtidos resultados significativos na redução da informalidade na economia brasileira, sem reduzir a arrecadação,




dados que o aumento no universo de contribuintes contrabalança a eventual redução das alíquotas nominais de impostos. O modelo permite uma análise mais ampla das implicações da política adotada e a sua evolução temporal, contemplando uma vasta gama de efeitos diretos e indiretos. Suas limitações estão nos fortes pressupostos assumidos, pouco consistentes com a realidade complexa, entre os quais a homogeneidade de comportamento dos agentes, informação perfeita, bem e firma únicos, e mercados completos. Os resultados encontrados representam uma contribuição importante para o debate dessas duas questões, sem solução, que estão entre os principais temas da agenda política brasileira nos últimos anos: a redução da carga tributária e o enfrentamento da questão da informalidade no Brasil. Os resultados também apóiam as teses defendidas por empresários e outros setores organizados da sociedade, que defendem a redução da carga tributária para reduzir a informalidade e ampliar a base de arrecadação. Outro mérito do trabalho reside em mostrar que pode ser possível reduzir a informalidade com políticas públicas positivas, ao invés da implantação de mecanismos variados de punição praticados por alguns países para tentar controlar essas atividades.

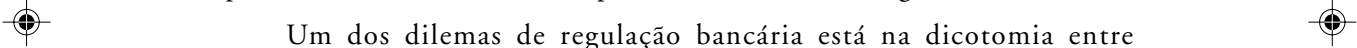


A questão das falências bancárias ocorridas no Brasil no período de 1994 a 1998 é o objeto de análise da monografia de Adriana Soares Sales. O objetivo foi examinar os fatores determinantes dessas falências e propor uma modelagem que possa ser utilizada para indicar a fragilidade do setor financeiro. Para tanto foram estimados modelos de duração com função *hazard* exponencial e exponencial *piecewise-constant*. A autora utiliza um painel de 273 bancos existentes em 1994 e inclui, além de variáveis microeconômicas, variáveis macroeconômicas e de contágio, que mostraram ter um papel importante na determinação da solvência de bancos individuais naquele período. Outra contribuição do trabalho foi a construção de um modelo que pode servir como um sinal de alerta para impedir crises bancárias. O trabalho propõe, ainda, uma metodologia para agregar todas as probabilidades condicionais de falência em um único índice – o Índice de Fragilidade Financeira –, de modo a se obter indicação do risco agregado de ocorrência de uma crise. As crises bancárias tendem a ter altos custos e a sua propagação e extensão podem provocar uma profunda crise econômica. Esses modelos e indicadores são importantes para se ter informação *ex ante* sobre as fontes de fragilidade bancária, e podem atuar de modo preventivo, impedindo que o lado real da economia seja afetado via o canal de crédito.




Vanessa da Costa Val Munhoz investiga em sua monografia o papel da moeda e do sistema financeiro no desenvolvimento regional, procedendo, para isso, a um estudo comparativo entre as sedes das macrorregiões brasileiras e suas áreas polarizadas. As variáveis monetárias e financeiras foram recorrentemente





negligenciadas pelos estudiosos do desenvolvimento regional no Brasil, dada a influência da escola neoclássica baseada na hipótese de que a moeda é neutra no longo prazo, não afetando a dinâmica da economia – enquanto na abordagem pós-keynesiana a moeda se torna parte integrante do processo econômico e desempenha um papel central na determinação dos níveis de emprego e produto, ou seja, trata-se de uma variável relevante na análise do desenvolvimento regional. O trabalho da autora se alinha a essa abordagem, e mostra variações significativas entre as onze sedes das macrorregiões examinadas e suas áreas polarizadas no comportamento do público e dos bancos, em relação à preferência pela liquidez e à alocação de seus ativos em prazos mais curtos ou mais longos. As análises mostraram que, tanto para os interiores como para as sedes, as regiões que apresentavam maiores valores de variáveis reais tinham os valores mais baixos de preferência pela liquidez. Os resultados indicaram também que os interiores de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba são, comparativamente, os detentores de maior capacidade de geração de crédito. Da mesma forma, as sedes de São Paulo, Rio de Janeiro, Centro-Oeste e Belo Horizonte apresentam maior geração de crédito que as demais sedes. A autora constatou ainda que regiões centrais têm maior capacidade de gerar crédito, enquanto regiões periféricas encontram maiores dificuldades. Os resultados apresentados são importantes indicadores a serem considerados na adoção de políticas públicas no mercado de crédito para o desenvolvimento regional do Brasil.






Um dos dilemas de regulação bancária está na dicotomia entre liberalização, induzindo-se à maior competição, e a estabilização do sistema financeiro. Neste contexto, o trabalho de Luiz Alberto D'Ávila de Araújo e Paulo de Melo Jorge Neto procurou verificar a relação existente entre risco e competição no mercado bancário brasileiro, identificando a estrutura do mercado e seu relacionamento com a exposição ao risco. Para avaliar a competição da indústria bancária brasileira os autores utilizam a estatística H de Panzar & Rosse, analisam o grau de concentração pela razão de concentração bancária e pelos índices de Herfindahl-Hirschman, Hall-Tideman e de Theil, e elegem o índice de Basiléia enquanto medida de risco. Os resultados do trabalho mostraram um aumento da concentração entre os dez maiores grupos bancários e uma redução em todas as medidas de concentração para operações de crédito. O estudo constata que maior concentração reduz a competição do sistema bancário brasileiro, e conclui que os bancos brasileiros operam em regime de concorrência monopolista. Ao avaliar os efeitos da concentração sobre o risco, os autores concluem que a maior concentração bancária leva a um menor nível de risco, ou seja, menor competição implica menor risco. Verificam, ainda, que a maior concentração (menor competição) resulta em menor oferta de crédito e, também, em menor nível de risco (maior índice de Basiléia), indicando a possível existência de um *trade-off* entre risco e concentração na in-




dústria bancária brasileira. As conclusões do trabalho são relevantes para o regulador bancário, na medida em que ressaltam a importância de reduzir a concentração como medida para aumentar o grau de competição, embora outros aspectos também devam ser ponderados pelo regulador na avaliação do grau de competição ideal, tais como o nível de risco e a eficiência da indústria.




Na categoria estudantes de graduação foram premiados sete trabalhos nos três temas do concurso. No tema mercado de trabalho, a monografia de Jaqueline Maria de Oliveira analisa as estratégias ocupacionais dos trabalhadores por conta própria na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A autora avalia a heterogeneidade desses trabalhadores, classificando-os em dois grupos: os que seguem estratégia de vida e os que buscam a sobrevivência. No primeiro caso a auto-ocupação pode ser uma opção do indivíduo, dada as vantagens que o trabalho por conta própria apresenta, como flexibilidade e autonomia, conciliação de trabalho e afazeres domésticos, maiores rendimentos, entre outros. No segundo caso a inserção como conta própria indica que esses trabalhadores buscam uma alternativa à falta de trabalho assalariado, devido ao desemprego ou à baixa qualificação. O critério de divisão dos grupos adotado pela autora é a duração da auto-ocupação, tomando como hipótese que os trabalhadores com um tempo de permanência mais elevado seguiriam uma estratégia de vida, enquanto aqueles com duração menor na auto-ocupação estariam buscando uma estratégia de sobrevivência. A base de dados utilizada foi a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, referente aos anos de 1997 a 2001, para a RMBH. Os resultados encontrados confirmam a dualidade das estratégias dos trabalhadores do setor informal. De um lado, com o crescimento de pequenos empreendimentos, que não necessariamente associados à pobreza mas à sim lógica de produção capitalista, nos quais as pessoas ocupadas têm certa estabilidade e até melhores padrões de rendimentos. De outro lado, há o setor informal que assume a função de gerar postos de trabalho para os indivíduos excluídos do processo de desenvolvimento, que, diante das dificuldades de conseguirem um novo emprego, buscam a sobrevivência na auto-ocupação. A autora constata, ainda, que a idade, o rendimento e as horas trabalhadas na semana são variáveis de peso destacado para a auto-ocupação, enquanto a escolaridade não evidenciou efeito significativo. Mulheres e chefes de família apresentaram maior probabilidade de sobrevivência na posição por conta própria. Os resultados do trabalho são relevantes no contexto de elaboração de políticas públicas de geração de emprego e combate à pobreza, as quais terão que considerar a heterogeneidade presente no setor informal, e que poderão tomar a direção de fortalecer as atividades por conta própria, ou de aumentar a empregabilidade dos trabalhadores, conforme as estratégias por eles adotadas.




Ricardo Kengi Uchima investigou o processo de flexibilização das relações de emprego no setor de telecomunicações do estado de São Paulo, a partir do caso da empresa Telefônica. A monografia faz um balanço das conseqüências na estrutura ocupacional, nas relações de trabalho e nos rendimentos dos trabalhadores do setor, a partir do desenvolvimento tecnológico e do processo de reestruturação do setor de telecomunicações de São Paulo, em parte em virtude do processo de privatização. Constatou-se ter havido uma reestruturação marcada pela racionalização do trabalho, que gerou a destruição de empregos e o aumento da precarização das relações de trabalho. Segundo o autor, as mudanças ocorridas nas relações de trabalho na Telefônica foram no sentido da utilização indiscriminada da terceirização – mesmo em atividades-fim da empresa –, intensificação e aumento da jornada de trabalho, compressão da remuneração e enxugamento do quadro de empregados. O estudo aponta ainda uma mudança no perfil sócio-ocupacional e um aumento da insegurança do trabalhador, tanto em relação à remuneração quanto ao seu medo de perda do emprego. A pesquisa traz importantes subsídios para reflexão sobre possíveis conseqüências da desregulamentação do mercado de trabalho, que, associadas ao aumento da competitividade e à necessidade de adoção de políticas de redução de custos, podem ter reflexos negativos no emprego e nas relações de trabalho.



A discriminação por gênero reaparece no trabalho de Iandra de Souza Maldaner, que se debruçou sobre as diferenças salariais nos setores formal e informal do mercado de trabalho paranaense no ano de 2001. Para verificar as diferenças dos salários entre homens e mulheres e se existe discriminação, a autora utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e aplicou o modelo de decomposição desenvolvido por Oaxaca (1973), que utiliza as variáveis da teoria do capital humano (anos de estudo e experiência) e permite avaliar a discriminação por gênero. Daí a pesquisadora efetuou regressão pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), tendo a educação, experiência, experiência ao quadrado, e interação das variáveis educação e experiência como variáveis explicativas do logaritmo do salário. Concluiu que existe discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho paranaense e constatou ainda que a diferença salarial entre homens e mulheres no setor formal é maior do que no setor informal. No primeiro os salários são maiores e a mulher possui menor experiência. Há uma maior dispersão salarial no setor formal do que no informal. A participação feminina é menor no setor formal e maior no setor informal. A hipótese de não discriminação no setor formal somente se confirmaria se a variável experiência fosse extraordinariamente valorizada em detrimento da educação. O setor informal, por sua vez, aponta para a discriminação efetiva, dado que as mulheres apresentam melhores atributos produtivos do que os homens e, ainda assim, não recebem salários maiores.









Os resultados mostraram que no setor formal existe discriminação aparente, pois parcela da discriminação salarial pode ser atribuída à menor experiência de trabalho feminina e, no setor informal, existe discriminação salarial própria, dado que a diferença salarial existente entre os gêneros não é explicada pelas variáveis da teoria do capital humano, e sim exclusivamente provinda de uma exclusão da mulher nesse setor de trabalho paranaense.

A monografia do Edson Roberto Severnini abordou o impacto do ensino profissionalizante sobre a inserção no mercado de trabalho na década de 1990. O autor usou microdados da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV), de 1996, do IBGE, para avaliar, por meio de regressões multinomiais logísticas, qual o nível de impacto do ensino profissionalizante sobre a probabilidade de inserção no mercado de trabalho e sobre a renda dos indivíduos. Concluiu que o efeito médio da escola técnica sobre os rendimentos dos indivíduos foi estatisticamente nulo, e observou que havia um diferencial de salários no segundo e terceiro ano após a conclusão do curso, o qual, contudo, não se mantém a partir do quarto ano. Os resultados das regressões indicaram que o ensino profissionalizante impactou negativamente sobre a probabilidade de inatividade e positivamente sobre a probabilidade de desemprego. Os resultados mostraram que pode estar havendo uma inadequação da formação oferecida pelas instituições de ensino em relação às necessidades do mercado de trabalho. Os programas de capacitação estariam ofertando qualificações não demandadas no mercado formal de trabalho, ou então a qualidade dos cursos técnicos e o impacto destes sobre a produtividade dos trabalhadores não é bem avaliada por parte dos empregadores. O mérito do trabalho consiste sobretudo em ter apontado para a necessidade de implantação de políticas públicas direcionadas para a capacitação dos trabalhadores mais ajustadas às necessidades do mercado do trabalho, com as qualificações adequadas e a ampliação, por exemplo, do relacionamento escola-empresa. Revela, ainda, a importância da educação continuada, dado que, conforme já sublinhado, os ganhos salariais e, presumivelmente de produtividade, desaparecem a partir do quarto ano.


Augusto Neftali Corte de Oliveira analisou os programas de renda básica, em especial o esculpido na Lei nº10.835/04, que institui a renda básica de cidadania no Brasil. O autor procedeu a uma análise comparada do programa de renda básica com os diversos tipos de programas de distribuição de renda ou de garantia de renda existentes, entre eles: o crédito fiscal para o trabalho ou subsídio salarial, que tem o objetivo de diminuir a carga de imposto das pessoas de baixa renda, mas não alcança quem não esteja trabalhando; o imposto de renda negativo, segundo o qual as famílias ou indivíduos que não possuem renda, ou com rendas menores a um valor pré-fixado, recebem o benefício total ou complementar; e a renda mínima, que consiste no pagamento do




benefício a todos os indivíduos (ou famílias) com renda inferior a certo nível, efetuado com antecedência e constância, não se modificando senão quando constatada a mudança na situação do beneficiário. O foco do trabalho foi no Programa de Renda Mínima brasileiro, no Bolsa-Família, e no Programa de Renda Básica. O estudo deteve-se nas principais características da renda básica em comparação com os demais programas, entre elas: suficiência, incondicionalidade, independência de avaliação da renda, universalidade, individualidade, e vinculação à comunidade política. O autor destaca algumas possíveis vantagens da renda básica: o benefício básico é insuficiente, tende a ser substancialmente menor que o salário mínimo constitucional, mas sem condicionais no pagamento; se caracteriza pela universalidade, pagamento para todos os membros de uma comunidade política, e as pessoas receberão o benefício quer estejam ou não trabalhando. Um ponto importante de tais características é que não desestimulam o trabalho, pois sempre haverá uma vantagem em trabalhar. Oliveira conclui ali que a garantia de renda tem um papel importante na distribuição da renda e para a superação da crise de integração social, mas que não se pode esquecer, sobretudo, do trabalho ou do emprego formal. Defende a necessidade de explorar políticas inovadoras de segurança da renda, aliadas a uma percepção não instrumentalizada da sociedade.

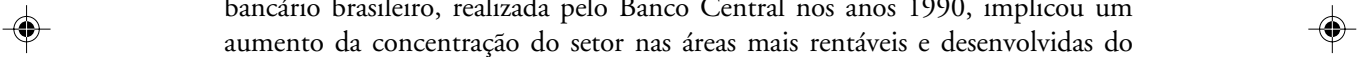


O microcrédito é o tema do trabalho de Daniel de Santana Vasconcelos, que analisa o seu potencial como política pública de combate à pobreza e de desenvolvimento econômico no nível local. O trabalho aborda dois aspectos centrais nas discussões recentes sobre o microcrédito: a questão da focalização dos programas de microcrédito, ou seja, em que medida eles são efetivamente dirigidos aos mais pobres, e a questão da sustentabilidade econômica desses programas. O autor apresenta um modelo microeconômico de análise do *trade off* entre focalização e sustentabilidade, e constata que quanto mais próximas estiverem as taxas de juros de uma taxa mínima, equivalente a uma taxa operacional, maior a focalização, com uma grande demanda por microcrédito. Entretanto, o aumento do grau de focalização se dará com o sacrifício da sustentabilidade. Alerta-se ali que, neste caso, instituições privadas tendem a não se sustentar no mercado, ou potenciais entrantes não se sentirão incentivados a entrar no negócio de microcrédito; com isso o resultado final pode ser prejudicial ao pleno funcionamento e desenvolvimento desse mercado. O autor destaca que a sustentabilidade também pode ser garantida em algum nível de taxa de juros de equilíbrio com elevado grau e focalização. O estudo desenvolveu, ainda, uma análise do microcrédito como política de desenvolvimento local. Nessa perspectiva, avaliou-se que o microcrédito contribui para a geração de emprego e renda para camadas geralmente excluídas do sistema financeiro e do processo produtivo, favorecendo a consolidação de um mercado






microfinanceiro que atenda a essas populações. Vasconcelos ressalta que este se constitui num modelo de política pública que atende, a um só tempo, tanto às demandas de instrumentos de combate à pobreza quanto às políticas de fomento ao empreendedorismo, de apoio às micro e pequenas empresas, e de geração de emprego e renda – fortalecendo, portanto, o desenvolvimento local e regional. Neste sentido, aponta que o microcrédito constitui um programa que, rompendo com o simples assistencialismo social, pode garantir auto-sustentabilidade, concluindo que o microcrédito é um importante instrumento de inclusão social que atende a um só tempo aos objetivos de política de combate à pobreza e de política de desenvolvimento econômico local sustentado.



O trabalho de Fabiana Pereira Coelho examinou a concentração regional do setor bancário brasileiro a partir de 1994, com a implantação do Plano Real, a estabilização da economia e das taxas de inflação, e a reestruturação do setor bancário. A hipótese é que a reforma bancária acentuou uma tendência já existente de aglomeração do setor em áreas mais ricas, em detrimento de regiões mais pobres, o que restringe o desenvolvimento destas regiões. Para mensurar a concentração regional e a concentração do setor bancário no interior dos estados brasileiros, a autora considerou dados de número de agências por município, valor de depósitos à vista, a prazo, e poupança por município, além do número de municípios sem atendimento. Concluiu que a reestruturação do setor bancário brasileiro, realizada pelo Banco Central nos anos 1990, implicou um aumento da concentração do setor nas áreas mais rentáveis e desenvolvidas do país, em detrimento das regiões mais pobres. A concentração ocorreu entre as regiões do país e dentro dos estados brasileiros, com uma concentração de agências nas capitais dos estados. Os resultados mostraram que houve um aumento da concentração das agências bancárias nas regiões Sul e Sudeste, enquanto grande parte das regiões Norte e Nordeste experimentavam redução de atendimento. Quanto à concentração desse setor dentro de cada estado brasileiro, os estudos mostraram que os estados do Norte e Nordeste apresentam uma maior concentração de agências bancárias nas capitais, ao mesmo tempo em que têm elevado percentual de municípios sem atendimento – enquanto os estados da região Sul e Sudeste apresentam um menor grau de concentração bancária interna e baixo percentual de municípios sem atendimento.

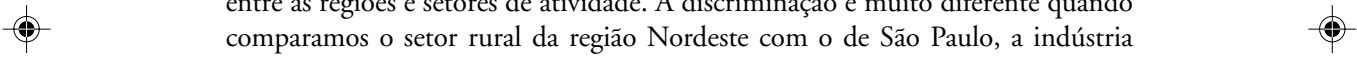
O conjunto dos trabalhos premiados tem algumas características que merecem destaque. Primeiro, de cunho metodológico: uma expressiva proporção das monografias usou métodos e análises estatísticas sofisticadas e ferramentas potentes, ao exemplo do *software* de pesquisa e análise estatística Statistical Package for Social Sciences (SPSS). Tais métodos e ferramentas permitem investigações mais detalhadas e a utilização de dados desagregados, como é o caso dos microdados da Pnad ou de outras publicações do IBGE,






além de favorecerem abordagens mais plurais, com modelos que comportam fundamentos teóricos de diferentes correntes de pensamento. É o pluralismo metodológico tão reivindicado pelos especialistas em educação, em especial pelos de economia, dadas as diversas abordagens e correntes de pensamento que caracterizam a ciência econômica.

A segunda característica é que a maioria dos estudos apresenta uma ampla análise da literatura sobre o tema abordado, revelando forte fundamentação em dados, e privilegia abordagens teóricas alternativas, o que favorece a compreensão da complexa realidade econômico-social, assim como da arena de conflitos presente na formulação e implementação de políticas públicas. Tais abordagens resultam em análises mais consistentes e soluções inovadoras para os problemas sociais e econômicos complexos.


Em terceiro lugar, todos os trabalhos possuem elevada qualidade técnica e apresentam o potencial comum da aplicabilidade, ou seja, propostas ou análises de políticas públicas que estão na agenda de prioridades do Estado, e trazendo subsídios importantes e inovadores para o aperfeiçoamento dessas políticas.




Em suma, as monografias aqui reunidas compõem um banco de idéias e de análises, com destaque para a questão da discriminação de raça e gênero, em que há uma grande diversidade na sua forma e graus de discriminação entre as regiões e setores de atividade. A discriminação é muito diferente quando comparamos o setor rural da região Nordeste com o de São Paulo, a indústria com o setor serviços, ou o setor formal com o informal etc. Neste sentido, as políticas de combate à desigualdade devem levar em consideração tal diversidade para serem de fato eficientes. Por exemplo, a desigualdade salarial entre raças pode ser reduzida por políticas que incentivem a educação dos indivíduos da raça negra, enquanto que para reduzir a desigualdade de rendimentos entre gêneros são imprescindíveis políticas que focalizem a discriminação contra mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, tais iniciativas não têm a mesma eficiência no combate à discriminação em todos os setores de atividades e regiões, ou no mesmo setor de atividade mas em regiões diferentes. Reforçam, por outro lado, a importância da educação básica e superior na redução da desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho brasileiro. Mas a empregabilidade pode não se alterar significativamente se a qualificação profissional não estiver adequada às necessidades do mercado de trabalho. E não é suficiente apenas o desenvolvimento de habilidades técnicas: deve-se privilegiar mais o desenvolvimento de competências, além da necessidade da educação continuada. Aparece, ainda, em vários trabalhos, direta ou indiretamente, o tema da geração de emprego e combate à pobreza, com a análise de alternativas de políticas públicas para seu enfrentamento de forma diferenciada, dadas as especificidade e amplitude dos problemas. A análise da dualidade das estratégias



dos trabalhadores do setor informal é um exemplo da especificidade que as políticas públicas terão que considerar. De um lado, os trabalhadores que têm como opção trabalhar por conta própria, cujas políticas deverão ser no sentido de fortalecer as suas atividades; e, de outro lado, os demais trabalhadores, que buscam o acesso ao emprego formal e não o conseguem. Para estes as políticas deverão estar norteadas para aumentar a sua empregabilidade. A questão do combate à pobreza foi objeto de uma excelente análise da renda básica de cidadania do Brasil, comparada com os diversos tipos de programas de distribuição de renda ou de garantia de renda existentes. Os argumentos são favoráveis ao pagamento sem condicionantes e universal, e a que o programa não desestime o emprego formal. A garantia de uma renda mínima vem sendo a prioridade brasileira nos últimos anos, e tem um papel importante na distribuição da renda e para a superação da crise social estrutural, em que uma grande parcela da população ficou à margem do processo histórico de desenvolvimento brasileiro. A preocupação com o desenvolvimento econômico, nacional, regional e local apareceu, ainda, na análise do microcrédito e da concentração do setor bancário, e dos dilemas do setor.



A importância e atualidade das análises e conclusões mostram que o Prêmio cumpriu o objetivo de estimular a pesquisa nas áreas de desenvolvimento econômico, social e financeiro. A adequação dos temas propostos, a elevada qualidade técnica dos trabalhos e a sua aplicabilidade ao setor público, além da grande mobilização de profissionais e estudantes de diversas áreas e regiões do país são indicadores da importância do certame. Neste sentido, a sua continuidade é, certamente, a expectativa de estudantes, professores, pesquisadores e técnicos desejosos de contribuir com análises, idéias e propostas para o enfrentamento dos problemas econômicos e sociais do país.



José Luiz Pagnussat
Professor da Escola Nacional de Administração Pública - Enap